

HISTÓRIA E POESIA (comentários ao Proêmio tucidideano)¹

Francisco Murari Pires²

RESUMO: Ao passo que Aristóteles aproximava a narrativa histórica do mito e da poesia, Tucídides definiu-a como um domínio do saber objetivo, acrescentando argumentos novos a antiga polêmica. Para Tucídides, a narrativa dos fatos da Guerra do Peloponeso nada tinha a ver com a prática literária e laudatória dos fatos passados. A objetividade para a qual chama a atenção provinha da observação dos fatos contemporâneos, que caracterizava a prática discursiva por oposição à retórica literária dos mitos.

UNITERMOS: história, poesia, mito, memória, saber.

No Proêmio que anuncia a obra, Heródoto proclama as proposições que a ensejam:

Heródoto de Túrio faz esta exposição de sua investigação, a fim de que as realidades devidas aos homens não se desvançam com o tempo, e grandiosos e admiráveis feitos, realizados tanto por helenos quanto por bárbaros, não fiquem sem fama; em particular, por que causa guerrearam uns contra os outros³.

1 O presente texto, originalmente apresentado como conferência na reunião anual da SBEC (Curitiba, julho de 1986), principia um projeto de pesquisas visando analisar as categorias de constituição da prática narrativa herodoteana e tucidideana — tradicionalmente entendidas pela crítica moderna como marcando "o nascimento da historiografia". O texto detêm-se na abordagem das declarações expressas de ambas as narrativas, exaradas em seus respectivos Proêmios sem enveredar pela análise da prática narrativa efetivamente realizada ao longo de toda a obra, tencionando ressaltar a vinculação que tais Proêmios projetam em relação à narrativa configurada pela epopéia homérica.

2 Departamento de História — FFLCH/USP.

3 HERÓDOTE, *Histoires*. Texte établi et traduit par Ph. E. Legrand. Paris, 1964, t. I, p. 13.

As proposições proclamadas pelo Proêmio afirmam os valores que instituem a obra. Esta efetua-se como discurso que constitui uma narrativa: ela diz, ela conta e reproduz falas, observações, relatos e considerações registradas e inscritas em texto. Inscrição narrativa que se propõe como *memória*: a efetividade que ela almeja é impedir o cumprimento da efetividade do tempo sobre as obras geradas pelos homens ("tà genómēna ex anthrópon"). As realidades criadas pelos homens, seus feitos, palavras e ações, marcados pela futilidade e efemeridade do seu ser, constituem o que de mais precível há no mundo, "como que contaminados com a mortalidade que distingue seus autores"⁴. Os feitos humanos são presas do tempo: a efetividade deste produz o seu esquecimento, desvanece a sua lembrança, esvai a sua existência ("tò chróno xítēla génētai"). Então, a narrativa que inscreve em texto os feitos humanos constituindo sua memória, constrói o monumento que, ao resgatá-los da ação do tempo dissociando-os de sua eficácia deletéria, assegura-lhes permanência, confere-lhes existência⁵. A memória é instância imortalizadora, pois, a memória desdobra a existência das entidades por ela distinguidas na narrativa, perpetuando o seu vir-a-ser: o "genómēna" das realidades efetivadas e terminadas em sua manifestação fenomênica ("tá genómēna ex anthrópon") permanece pelo "génētai" que o texto constitutivo da memória manifesta ("méte...tó chróno xítēla génētai, méte...akléa génētai"). De forma que a exposição pública, a manifestação da narrativa ("apódexis hédē") responde pela manifestação dos feitos ("érga...apodechthénta")⁶.

E a memória é seletiva, pois que sua constituição opera uma distinção que define os objetos dignos de serem por ela privilegiados na narrativa. Dois atributos definem a qualidade do memorável; o *grandioso* e o *admirável* ("megála te kai thomastá"). A celebração dos feitos memoráveis, o conferir-lhes fama tornando-os renomados ("méte...akléa génētai"), que a obra da memória se propõe como fim, institui seu valor social, pois que reconhece, através da manifestação pública da narrativa, a dignidade distintiva dos feitos que são grandiosos e admiráveis. E é no horizonte dos feitos guerreiros que opuseram helenos e bárbaros que a obra herodoteana especialmente delinea o campo da

4 A expressão é de ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. de M. W. B. de Almeida. 2ª ed. São Paulo, 1972, p. 72.

5 A funcionalidade do texto herodoteano como memória-monumento é lembrada por HARTOG, F. *Le Miroir d'Hérodote*, Paris: Gallimard, p. 271ss.

6 A apresentação de Heródoto como rapsodo, bem como a oralidade da manifestação pública de sua narrativa, são igualmente enfatizados pelo belo livro de HARTOG, F.

memória, inaugurando de imediato a narrativa pela investigação mesma da causalidade originadora da guerra ("hèn aítfen"). A etiologia do conflito guerreiro constitui o princípio da narrativa.

Assim, distinguem-se ecos homéricos, especialmente da *Ilíada*, a ressoar pelo Proêmio herodoteano, de forma a configurar para a narrativa de sua "história" um confronto onde ela se mede com a poesia. Pois foi igualmente como memória que o canto-narrativa da epopéia afirmou o valor social que a instituiu. *Famas de homens* ("kléa andrōn") constituem o objeto próprio do canto da epopéia: objetos de notoriedade, acontecimentos notáveis, fontes de admiração, que distinguem e excepcionalizam singularmente as façanhas dos heróis⁷. Feitos de que se fala, feitos famosos. Mas a fama, o "kléos", constitui-se pela relação de reciprocidade entre aedo e herói que a narrativa instaura. Por um lado, o kléos, objeto do canto, supõe o feito do herói. A anterioridade da façanha heróica propicia a posterioridade da matéria do canto. A prática do aedo, então, supõe a prática do herói. Mas, por outro lado, o feito do herói se constitui como kléos, ele goza de fama, na medida em que ele é falado, em que histórias contam a sua fama pela celebração do canto do aedo. O canto confere fama ao feito reconhecendo sua excepcionalidade. O kléos do feito heróico é, então, produto do canto, pois, se para ser objeto do canto, é preciso distinguir-se pelo kléos, é o canto que afirma o kléos. A prática do herói supõe a criação que a prática do aedo configura. E como o kléos é valor do mundo heróico, objeto buscado insistentemente pelos heróis que não medem esforços por obtê-lo, ele escraviza o viver do herói: este está constantemente obrigado a ter que provar a "areté", que o distingue e assim afirmar o kléos, que constitui sua reputação heróica e, portanto, define sua identidade. A figura de Aquiles constitui o paradigma mesmo dessa escravização. E, paradoxalmente, é pelo acolhimento da morte na consecução do feito heróico, o qual reclama fama, que o herói almeja superar sua mortalidade: a imortalidade da fama, assegurada pelo canto do aedo, compensa o herói contra sua essência mortal. De forma que pelo canto da epopéia o kléos, a celebração da fama, constitui o objeto e a proposição da memória.

Invadindo, pois, o campo de proposição social instituinte da poesia, a narrativa herodoteana apropria-se do valor que o funda. Apresentando-se como

7 Para as considerações tecidas acerca da narrativa homérica, apoiamo-nos nas indicações alinhavadas por REDFIELD, J.M.. *Nature and Culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Chicago, 1975, p. 30-41. Veja-se, igualmente o artigo de VERNANT, J.P.. A Bela Morte e o Cadaver Ultrajado, *Discurso*, v. 9, p. 31-62, nov. 1978.

sucedânea da epopéia, a pretensão da "história" é deslocá-la enquanto modalidade da memória.

* * *

Aproximadamente um século após a proclamação herodoteana, Aristóteles, numa célebre passagem da Poética, repensa a oposição *história e poesia*:

"Nossas afirmações tornam evidente que não é obra de poeta narrar o que aconteceu, mas sim o que poderia acontecer. E os acontecimentos são possíveis, segundo a verossimilhança ou a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por narrarem em verso ou prosa, pois, caso os escritos de Heródoto fossem postos em versos, não seriam menos alguma história com versos do que sem versos. Antes, diferem nisto: um narra o que aconteceu, enquanto o outro o que poderia acontecer. Por isso mesmo a poesia é mais filosófica e mais grave do que a história, pois, a poesia discorre antes de tudo sobre o geral, ao passo que a história sobre o particular"⁸.

Ao distinguir a poesia da história, o comentário aristotélico situa uma polêmica com Platão. De início, Aristóteles estabelece sua reflexão no interior mesmo do campo conceitual platônico: assim como o mestre, o discípulo também define a poesia, identificando-a ao gênero da *imitação* ("mimesis"). Para ambos, a poesia é *imitação da ação*⁹. Mas, as implicações teorizantes que o discípulo tira desse princípio conceitual afirmam precisamente o contrário do que o mestre inferira. Para Platão, a poesia, porque é imitação, é a atividade que mais afastada está do conhecimento da verdade, e o poeta só se dedica à sua modalidade de artesanato imitativo porque ele é o mais cabal ignorante. Ora, adverte Aristóteles, é justamente porque ela é mimesis que, pelo contrário, a poesia se propõe mesmo

8 ARISTOTE, *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy. Paris, 1932, p. 41, 1451a36-1451b7.

9 A identificação da poesia pelo Gênero "mimesis" aparece logo no início do texto aristotélico (1447a16). A definição enquanto *imitação da ação* é sistemática e insistentemente marcada por Aristóteles ao longo da obra (1448a1, 1449b36, 1450a16, 1450b3, 1451b31, 1452a2, 1462b11), constituindo-se, então, na proposição nuclear, que amarra toda a reflexão aristotélica (cf. JONES, J.. *On Aristotle and Greek Tragedy*. Stanford, 1962, p. 21ss). Da mesma forma em Platão, *República*, livro III, 392c-394d e livro X, 603c4-5.

como instância produtora de saber. Pois, a poesia tem como uma sua causa originadora a propensão natural do homem de, pela imitação, apreender e constituir as primeiras noções ("tàs mathéseis poietai dià miméseos tàs prótas")¹⁰. A imitação é, portanto, a forma primária de conhecimento, e por esta propensão de sua natureza o homem distingue-se dos outros animais. Assim, prossegue Aristóteles, o prazer do aprender não é atributo exclusivo do filósofo, mas sim traço distintivo do gênero humano, sendo antes a dimensão da dedicação e participação na constituição do conhecimento o que o diferencia do homem comum.

Mas a estocada no mestre não alcançou ainda toda a sua profundidade. Enquanto imitação, a poesia se afirma meramente como uma forma primária de saber, de conhecimento, que ela compartilha com todas as demais modalidades de práticas miméticas. É ao considerar o *mito* como o componente essencial constitutivo da poesia, que a contundência aristotélica é especialmente aguda. Para Platão, os mitos consagrados pela tradição poética (em particular Homero, Hesíodo e os trágicos) são repositórios de mentiras, de imoralidades, de injustiças, de crimes e atos nefandos, de vícios, de desavenças, ódios e inimizades¹¹. E o conteúdo que eles afirmam, porque a poesia é *mimesis*, é o que de mais ilusório, enganoso e falso que pode haver, pois que está afastado da verdade no grau máximo¹². Já o entendimento aristotélico de mito não se detém no nível de sua apreensão enquanto noção ou idéia consagrada por uma tradição difundida, delineando-se antes propriamente como categoria conceitual. A essência que o conceito de mito então capta é a *unidade de ação*: totalidade e completude unívoca constituída pelo encadeamento de ações segundo a necessidade ou a verossimilhança¹³. E é este aprofundamento conceptualizante que enseja a Aristóteles estabelecer a contraposição distintiva de história e poesia.

Ao pensar os contornos conceituais delineadores da poesia, Aristóteles defronta-se com idéias e teses afirmadoras dos aspectos definidores da identidade poética. Por um lado, a noção ancorada pela tradição do senso-comum que estigmatiza a poesia pela identidade formal da metrificacão: narrativa em versos. Por outro, a tese que confunde e projeta o acontecimento (as ações ocorridas) como o objeto suposto por toda narrativa acerca da práxis humana. Para desfazer

10 *Poética*, 1448b7-8.

11 *República*, livro II, 362d-365a e 377c-380a.

12 *Ibidem*, livro X, 597c-598c.

13 *Poética*, 1450a2-4 e 1451a15-35.

os equívocos conceituais cometidos por aquela noção e por esta tese, Aristóteles opõe a poesia à história enquanto polos conceituais definidos mutuamente. Tal aproximação contrapontual distintiva não é arbitrária da parte do filósofo. Ela estava implícita na proclamação herodoteana que concebia a sua obra como "história", e é precisamente a obra de Heródoto que Aristóteles toma como especialmente denotativa de história. E, certamente, o que permite, tanto a Heródoto quanto a Aristóteles, operarem essa aproximação é a identidade do campo do objeto contemplado por ambas as narrativas-epopéia e história: as ações dos homens.

De forma fulminante, Aristóteles liquida o equívoco da proposição de identificação formal da poesia, pois, o metrificar os textos herodoteanos de forma alguma lhe asseguraria identidade poética perdendo a histórica¹⁴. O segundo equívoco é mais delicado, pois que ele confunde poesia com história, na medida mesma em que, ao diferenciar a poesia da história apenas pela presença/ausência da metrificação, identifica-as em tudo o mais. Ora, contesta Aristóteles, embora ambas lidem com a práxis, com as ações dos homens, lidam com faces distintas da práxis: a história com a práxis enquanto *acontecimento*, enquanto ação efetivada, ocorrida ("tὰ genómena"); a poesia com a práxis enquanto *potencialidade de acontecer* (o que poderia ocorrer: "hoa án génoito"), onde a *possibilidade de acontecer* ("tὰ dynatà") é circumscribida pelos horizontes da *necessidade ou da verossimilhança* ("katà tò eikós è tò anagkaon"). E porque privilegiam e elegem elas tais faces da práxis como seus respectivos objetos narrativos? Porque, responde Aristóteles, as proposições de ambas as narrativas atendem a níveis de preocupação constitutiva de saber radicalmente distintos: a poesia visa alcançar o *geral* ("tὰ kathólou"), a história, o *particular* ("tὰ kath' hékaston"). E é precisamente por essa razão de buscar a apreensão do geral no campo da práxis, que a poesia se afirma como instância produtora de saber na sua proposição mais elevada e grave, a assinalar-lhe sua identidade de aspiração filosófica¹⁵. O ataque contra Platão, para quem o traço que distingue a poesia é a total ausência de saber (o poeta só é poeta porque é ignorante), é certamente impiedoso, pois que é justamente pelo *mito* que a poesia postula tal aspiração.

14 Já no início da *Poética* (1447a27-1447b16), Aristóteles investira contra essa identificação formal redutora da poesia, quando criticou o costume de se denominar as formas das poesias por uma categorização classificatória baseada na modalidade métrica.

15 Aristóteles não chega a afirmar que a poesia seja filosófica em si e sim que ela apresenta uma propensão *mais filosófica* do que a história ("philosophóteron").

E o zelo conceitual aristotélico é insistente e incisivo no desfazer o equívoco que confunde a poesia com a história:

"Nossas considerações tornam, portanto, claro que o poeta deve ser muito mais um tecedor de mitos do que de versos, tanto que é poeta pela imitação e que imita as ações. E quando lhe sucede de poetar acontecimentos, nem por isso é menos poeta. Com efeito, nada impede que alguns acontecimentos sejam pelo seu acontecer tais quais são por verossimilhança e possibilidade e, em conformidade, venha o poeta a ser o seu autor"¹⁶.

O preceito aristotélico que afirma o primado do mitificar, do compor a unidade de ação, sobre o metrificar, sobre o conformar em versos, ao mesmo tempo em que renova sua crítica às idéias comumente difundidas, que identificam a poesia pela presença da métrica, responde à objeção de que também o poeta, e não só o historiador, pode lidar com acontecimentos. Pois, argumenta o filósofo, assim como não seria o versificar que asseguraria à narrativa histórica a identidade poética, igualmente não é o fato de lidar com acontecimentos (efetivados, ocorridos) que denuncia na narrativa poética a identidade histórica. Ou seja, o fato de ser *acontecimento*, por si e em si mesmo, não interdita ou exclui a possibilidade da narrativa poética. Onde a narrativa do acontecimento comporta a apreensão da possibilidade de acontecer circunscrita pelos horizontes da necessidade ou da verossimilhança, onde, pois, a apreensão do *geral* está dada, fica posto o domínio da *poesia*. Pelo contrário, é o campo do eminentemente particular que define o império da *história*. Assim, por essa sutil e refinada distinção Aristóteles esclarece e reafirma que é sobretudo o alcance da proposição de saber ambicionado — se *geral*, ou se *particular* —, além propriamente da face da práxis identificadora do objeto, — se a *possibilidade de acontecer*, ou se o *acontecimento* — que separa e distingue a *poesia* da *história*. O equívoco que aqui Aristóteles parece estar preocupado em desfazer é aquele que, ao se atribuir à história o acontecimento como seu campo próprio, atribui concomitantemente à poesia o campo da ficção, e a ficção denunciada como irreal. Então, o comentário aristotélico afasta o fantasma da denúncia da irrealidade da poesia.

16 *Poética*, 1451b27-33.

E já desde o início de sua reflexão conceptualizadora, Aristóteles denunciara o equívoco precisamente inverso: o de cobrar-se do mito e, pois, da poesia, os requisitos atributivos do objeto narrado, que não são próprios dela enquanto imitação. Cobra-se deles os atributos do objeto próprio da história: a práxis enquanto acontecimento, enquanto ação efetivamente ocorrida, acabada, terminada. Ora, adverte Aristóteles, o conteúdo do mito, e pois, da poesia, concerne o campo da práxis em aberto, o campo das possibilidades de efetivação do acontecer circunscritas pelos horizontes da necessidade ou da verossimilhança. Tal cobrança de acontecimento que se faz do mito e da poesia é confundir e, portanto, reduzir e inferiorizar o alcance de saber da poesia ao da história.

Então, as diligências conceptualizadoras aristotélicas supõem este equívoco, o qual elas denunciam e ao qual elas respondem: uma vertente de desqualificação do mito e da poesia em nome da história, vertente esta que, ao criticar a poesia, postula a história com sua superação, enquanto modalidade narrativa, que melhor apreende o campo da práxis humana. Vertente que, certamente, supõe a reflexão tucidideana.

De Heródoto, dialogando com Homero, a Aristóteles, dialogando com Platão, a competição da história com a poesia pelo primado no domínio do conhecimento das ações dos homens inverte sua hierarquia. Mas, nesse resultado de inversão, o campo onde a questão se trava foi deslocado: em Heródoto ressaltava a questão da memória; com Aristóteles, é a questão do saber, que ficou definitivamente consagrada. A reflexão tucidideana, mediando esses polos terminais, constitui o ponto de inflexão onde a questão da memória transita para a questão do saber.

* * *

O Proêmio tucidideano abre igualmente a obra pela identificação do objeto por ela tratado:

"Tucídides de Atenas compôs a guerra dos peloponésios e atenienses, como guerrearam uns contra os outros. Começou a narrativa logo a partir da eclosão da guerra, tendo prognosticado que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção do que as já travadas, porque verificava que, ao entrar em luta,

uns e outros estavam no auge de todos os seus recursos e porque via o restante do povo helênico enfileirando-se de um e outro lado, uns imediatamente, outros pelo menos em projeto. Esta comoção foi a maior para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros e, pode-se mesmo dizer, atingiu a maior parte da humanidade"¹⁷.

A similaridade da formulação identificadora da obra no seu Proêmio instaura paralelos e contrapontos com a obra de Heródoto. Não só o sujeito da narrativa é expressamente identificado — "Tucídides de Atenas" ecoa "Heródoto de Túrio" —, como igualmente a determinação do objeto pauta-se por parâmetros e critérios idênticos. Primeiro, a definição do campo temático suposto pelo objeto selecionado: guerra. Aquí, ambas as obras, a herodoteana e a tucidideana, acolhem o campo temático posto pela tradição homérica, particularmente pela Ilíada. E, a seguir, como implicação mesma dessa definição primeira, a afirmação do critério, que particulariza o objeto contemplado: o atributo da magnitude, a dimensão da grandeza ("mégan"). O atributo da grandeza, reclama Tucídides, assegura para o objeto que o comporta o privilégio dignificador de sua consagração pelo discurso: ele é *digno do lógos* ("axiologótaton") no grau superlativo, solicitando, por essa razão, a obra que o registra. Mas, o atributo da grandeza superlativa reivindica precipuamente a afirmação da superioridade, de forma que, no confronto em que ela se mede contra as guerras anteriores, a Guerra do Peloponeso reclama em termos exclusivos a qualidade da excepcionalidade. O Proêmio tucidideano proclama, portanto, na e para a Guerra do Peloponeso como que a "areté" diferenciadora, singularizadora. E a "areté" afirmada solicita a memória do discurso que a consagra. Assim, pelo diálogo que seu Proêmio instaura com o de Heródoto, Tucídides desdobra o diálogo que este último estabelecera com Homero.

Então, alinhada a obra tucidideana no horizonte delineado pelas obras de Homero e de Heródoto, ela marca sua diferença distinguindo o objeto específico por ela consagrado: a Guerra do Peloponeso opõe-se, assim, às Guerras Persas e à Guerra de Tróia¹⁸. Mas, essa inserção tucidideana é imperial, pois que ela impõe sua presença contra o domínio das obras e objetos firmados pela tradição: porque ela afirma a areté consubstanciada pela grandeza, a Guerra do Peloponeso postula o primado no campo da memória que o discurso, que a narrativa escrita

17 TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Anna Lia A. de Almeida Prado. São Paulo: FFLCH-USP, 1972, Livro I, capítulo 1.

18 Oposição esta marcadamente lembrada por Tucídides ao longo da Arqueologia.

constitui¹⁹. Tucídides volta, portanto, contra Homero e Heródoto a aplicação do próprio critério em que fundamentam a excepcionalidade de suas próprias obras.

Mas o primado postulado reclama a prova que o fundamenta, a qual compõe-se de dois movimentos argumentativos. Um deles, de proposição positiva, afirma a grandeza da guerra contemplando duas reflexões: a primeira considera o momento da Guerra do Peloponeso como o ápice, a culminação, da concentração de recursos por ambas as pólis contendoras; a segunda considera a escala máxima, total, do âmbito da guerra, a qual envolve a totalidade do mundo grego, e como que praticamente a humanidade mesma. O momento, a ocasião, pois, da Guerra do Peloponeso afirma a grandeza superior da Guerra do Peloponeso, porque configura a máxima potencialidade e a máxima manifestação do fenômeno guerreiro.

Mas essa primeira prova solicita ainda uma outra, complementar, a qual nega nível comparativo de grandeza às guerras anteriores à do Peloponeso. É este segundo movimento da reflexão argumentativa tucídideana que compõe a "Arqueologia"²⁰.

Mas, essa demonstração da inferioridade de grandeza das guerras anteriores relativamente à Guerra do Peloponeso, leva Tucídides a considerar a oposição que distingue duas categorias da temporalidade: os tempos antigos ("tâ palaiá") que constituem o passado, e os tempos atuais, que constituem o presente. Os primeiros, os tempos antigos, referem o tempo de efetivação das guerras anteriores, enquanto o segundo, o tempo atual, é demarcado pela efetivação da Guerra do Peloponeso, de modo que a demarcação desta última temporalidade determina a demarcação da primeira. O que coloca, então, para Tucídides, a necessidade de examinar as condições de possibilidade de se estabelecer um conhecimento sobre essas distintas categorias temporais.

* * *

19 Confiram-se as passagens dos capítulos 11 e 23 do livro I, onde a afirmação da grandeza superior da Guerra do Peloponeso solicita o primado do discurso contra a celebração da Guerra de Tróia e das Guerras Medas.

20 ROMILLY, J. de. *Histoire et raison chez Thucydide*, Paris, 1967, p. 261, observa que a reflexão tucídideana trabalha sua tese na Arqueologia comandada pelo suposto, que elege a modalidade ateniense de constituição de poderio (a talassocracia associada ao provimento de recursos financeiros), como princípio explicativo das fontes de derivação de poderio da pólis.

Começando o exame pela questão do passado, Tucídides denuncia quais são as modalidades estabelecidas, consagradas, por que se têm efetuado tradicionalmente a apreensão de saber sobre o passado:

"Essas, portanto, as realidades que apreendi quanto aos tempos antigos, sendo que é difícil confiar em toda sequente presunção. Com efeito, os homens, mesmo quando as tradições transmitidas sobre os acontecimentos ocorridos diz respeito à sua própria terra, recolhem-nos de forma indiferenciadamente acrítica (...) A tal ponto é negligenciada a investigação da verdade pela maioria dos homens, que se inclinam de preferência para a versão corrente. Com base nas presunções anunciadas, entretanto, não erraria quem julgasse os tempos antigos de forma semelhante a que eu expus, e não desse crédito maior, nem ao que cantaram os poetas acerca deles com o intuito de engrandecê-los, nem ao que os logógrafos compuseram, visando ao que é mais atraente para o auditório de preferência ao que é verdadeiro. Não sendo comprováveis e a maioria, sob a ação do tempo, não merecendo confiança em vista do caráter fabuloso que ganhou, acredito, com base no que são as provas mais evidentes em se tratando de tempos antigos, que foi suficientemente investigado"²¹.

Assim, as modalidades instituídas, tradicionais, de estabelecimento de conhecimento sobre o passado revelam uma norma generalizada de seu procedimento constitutivo: "recolhem, de forma indiferenciadamente acrítica, as tradições transmitidas". Meramente aceitam-se os relatos postos pela tradição, sem que se comprove, sem que se averigüe, a verdade por eles afirmada. Tais procedimentos de estabelecimento de conhecimento do passado pecam, pois, pela negligência, pelo descuido, pela imprudência, com que facilmente acolhem como verdade os relatos disponíveis, as versões que existem difundidas. O crédito que se dá a tais verdades consiste, portanto, meramente de crença: é crédito imanente e imediatamente cedido de princípio, e não constituído por qualquer operação mediadora de averiguação de verdade. Então, denuncia Tucídides, para a ingenuidade negligente não há qualquer dificuldade em

21 Livro I, capítulos XX e XXI.

promover o conhecimento do passado, pois que ele é situado no campo da crença, e não no da razão.

Mas, toda a Arqueologia tucidideana pronuncia-se igualmente sobre o passado, emite sobre ele afirmações para as quais evoca confiabilidade. Em que termos, então, assegura Tucídides tal confiabilidade? Já na abertura da Arqueologia, tais termos foram colocados:

"De fato, era impossível, dado o recuo do tempo, apreender com clareza os acontecimentos anteriores e os mais antigos ainda; mas, com base em presunções que averigui em profundidade em vista de chegar a uma convicção, julgo que eles não comportaram grandeza, nem quanto às guerras, nem quanto ao mais"²².

O passado é, por essência, o domínio do tempo. Então, porque a plenitude temporal ("dià chrónou plthos") constitui a essência do passado, pesa uma aporia sobre seu conhecimento: é impossível a apreensão cristalina, transparente ("saphôs heureîn"). A percepção do passado fica, portanto, limitada à intervenção de um julgamento ("nomízo"). A emissão de um pronunciamento pessoal delimita, pois, a possibilidade de um discurso que pretende apreender o passado. Essa apreensão não pode almejar a certeza da visão transparente. Seu poder de afirmação consiste de convicção: ato de atribuição de crédito, de confiança ("pisteúo"). A convicção, por sua vez, não é arbitrária, nem constitui crença, pois que se sustenta em *presunções*, em *inferências assertivas* (tekmería)²³, submetidas a uma averiguação em profundidade.

As considerações que terminam a Arqueologia ecoam significativamente esses mesmos termos:

"Com base nas presunções enunciadas, entretanto, não erraria quem julgasse os tempos antigos de modo geral de forma semelhante a que eu expus, e não desse crédito maior nem a poetas... nem a logógrafos. Não sendo comprováveis e a maioria, sob a ação do tempo, não merecendo confiança em vista do caráter fabuloso que

22 Livro I, capítulos II.

23 Para a tradução de "tekmería" como *presunção*, *inferência* assertiva, seguimos o entendimento de GOMMES, A. W.. *A Historical Commentary on Thucydides*. Oxford, 1950, v. I, p. 92 e p. 135. Tal entendimento privilegia a apreensão da linguagem tucidideana como estando inteiramente impregnada pelas significações supostas pela prática jurídica de reconstituição e prova de acontecimentos ocorridos.

ganharam, acredito, com base no que são as provas mais evidentes em se tratando de tempos antigos, que foi suficientemente investigado"²⁴.

O passado, porque domínio do tempo ("hypò chrónou"), reveste-se de fabuloso ("mythōdes"), o que o torna inerentemente in-confiável, não merecedor de crédito ("ápistos"). O passado é in-comprovável ("anexelegkta"). Sobre o passado, campo de negatividades, emitem-se *juízos* (nomízo), tecem-se pronunciamentos alicerçados em presunções ("tekmería"). Constituindo-as, então, sucedaneamente como provas, na medida possível de evidência que os tempos antigos permitem ("ek tōn epiphanestáton semeíon hos palaiá enai"), define-se individualmente, como manifestação do eu que define o sujeito do discurso sobre o passado, uma decisão, um pronunciamento que encerra a investigação estimando a sua suficiência²⁵.

Então, porque o saber possível sobre o passado aspira no máximo à convicção, é preferível confiar na razão, do que meramente instaurar crenças. É preferível, afirma expressamente Tucídides, fiar-se única e exclusivamente nos pronunciamentos singulares por ele mesmo emitidos sobre o passado, afiançados pelos ditames da razão apuradora da verdade, a acreditar nas histórias transmitidas por poetas e logógrafos. Por que estas não passam de crenças. O hinear dos poetas atende a preocupação laudatória do engrandecimento. A narrativa dos logógrafos contempla o propósito hedonístico de entretenimento de um auditório. A seus respectivos propósitos, ambos sacrificam a expressão da verdade. Pelo contrário, o julgamento tucidideano distingue sua diferença pelo comprometimento com a investigação averiguadora de verdade ("he zétesis tes aletheías"). Toda a fonte e dependência de confiabilidade desse julgamento consiste da constituição desse campo de racionalidade estendido sobre o passado.

Tal tratamento dispensado ao exame do passado afirma a originalidade tucidideana, porque dissocia a prática, que o funda em oposição aos procedimentos instituídos tradicionalmente. Mas, tal tratamento tucidideano produz juízos, que encerram a investigação examinadora do passado: eles abrangem e fecham todo o conhecimento racionalmente confiável possível sobre

24 Livro I, capítulo XXI.

25 Já J. de Romilly, insistiu na reiterada presença dos pronunciamentos pessoais de Tucídides ao longo da Arqueologia (Ob. Cit., p. 242).

o passado. Assim, a Arqueologia não propõe o princípio do saber sobre o passado, pelo contrário, pretende demarcar o seu fim²⁶.

* * *

Encerradas as considerações sobre os tempos antigos e invocada a inviabilidade de um saber sobre o passado, a reflexão tucídideana volta-se para pensar o presente, o tempo da Guerra do Peloponeso:

"E quanto a esta guerra, embora os homens sempre julguem maior a guerra em que se debatem e depois de seu término mais admirem as guerras antigas, mesmo assim para quem considera a partir dos próprios acontecimentos, ela se evidenciará como tendo sido maior do que aquelas"²⁷.

É comum, banal mesmo, reconhece Tucídides, que as pessoas apreciem de forma meramente subjetiva e passional a importância e magnitude das guerras, o que as leva sempre a considerar a guerra presente, aquela em que estão envolvidas e que vivenciam, como a maior. Reclama, porém, que a sua particular apreciação, que afirma a grandeza superior da Guerra do Peloponeso, a guerra presente que ele vivencia, não decorre desse extravazar banal das impressões subjetivas de apreciação das guerras, circunstanciais ao seu próprio momento de efetivação. Pelo contrário, sua apreciação afirma-se como uma constatação objetiva. Considerada a observação dos próprios acontecimentos ("ap' autōn tōn érgon skoposi"), a própria guerra evidencia ("delóo") a sua grandeza maior. Esta grandeza é atributo da guerra, não porque resulte de uma subjetiva apreciação atribuidora, mas sim, pelo contrário, porque é uma manifestação imanente aos próprios acontecimentos constitutivos: eles portam reveladoramente a grandeza que transparece em sua própria manifestação. Aprender essa grandeza decorre

26 HARTOG, F.. Ob. cit., p. 276, comenta o irônico paradoxo instaurado pelo resgate das concepções metodológicas tucídideanas pela historiografia moderna: "Thucydide, pour qui seule l'histoire contemporaine est faisable, va, de maniere paradoxale, être promu au tout premier rang des historiens de l'Antiquité (au XIX^e siècle), par des hommes, pour qui l'histoire ne peut se faire qu' au passé: Thucydide historien du present devient un modèle pour des gens, les historiens positivistes, qui, par histoire, entendent histoire du passé".

27 Livro I, capítulo XXI.

do observar a evidência dos acontecimentos, considerá-los em si mesmos, não supõe nem deriva de um julgamento pessoal.

Assim, a categoria pela qual o discurso de saber tucidideano afirma a sua qualidade distintiva é posta: a objetividade. E essa categoria, para se constituir em atributo definidor do estatuto do discurso, funda-se na constituição da categoria "os acontecimentos", pois que esse discurso é todo ele composto por re-constituições de acontecimentos da guerra, terminados, findos já enquanto manifestação, no tempo em que a narrativa os registra. Para as duas modalidades de acontecimentos da guerra distinguidos por Tucídides — os discursos pronunciados e as ações praticadas —, sistematiza separadamente os princípios e os preceitos que regulam a objetividade.

Para os discursos, reconhecendo a dificuldade da reprodução literal regulada pela exigência da exatidão, promove sucedaneamente uma apreciação que, em considerando a situação singular e circunstancial a que o discurso responde, discerne as colocações, os pronunciamentos exigidos, requisitados para a dada situação ("tâ déonta málist' eipen"), guardando o preceito restritivo da máxima fidelidade à proposição geral efetivamente atualizada pelo discurso em questão ("ts xympásēs gnómes tón alethōs lechthénton"). Tucídides abdica, pois, de situar a objetividade da reconstituição narrativa, no que diz respeito aos discursos pronunciados, no campo da reprodução que prima pela exatidão literal. Daí, a reconstituição tucidideana almeja outros propósitos, que situam diferentemente a objetividade, que a narrativa dos discursos constitui. É que as concepções tucidideanas do discurso estão impregnadas pelas formulações retóricas das práticas da sofística²⁸. Particularmente, "tâ déonta" admite uma especial conotação retórica: dá conta da estimativa conjectural que o orador, que pelo discurso apresenta e propõe uma política, deve tecer do quadro contextual e circunstancial (forças e elementos sociais e individuais em jogo, princípios e orientações políticas em confronto, caracteres e comportamentos humanos envolvidos), que circunscreve o campo objetivo onde essa política existe. Assim, o orador precisa conformar a força argumentativa de seu discurso, provendo-o por meio desse exame conjectural, onde deposita sua perspectiva de êxito persuasório. É essa a intenção que o saber sofístico contempla: a retórica como veículo de manifestação de um pensamento analítico embaixador de uma política. Então, na prática oratória sofística apresentada e proposta por ele, deriva

28 Veja-se FINLEY Jr., J. H.. *Thucydides*. Cambridge, 1947, p. 95-102.

conformativamente desse exame estimativo de "tà déonta", de modo que aquela resposta apropriadamente por estas. Ora, a reconstituição tucidideana dos discursos atende essa mesma intenção, apresentando-a no sentido inverso de derivação: dada a "gnóme" efetivada pelos discursos pronunciados, o que circunscreve uma proposição política singular definida (tal orador em tal ocasião), estimar conjecturalmente as exigências circunstanciais, as "tà déonta", a que a "gnóme" responde. Assim, deslindadas as interações que determinam a "gnóme" dada e posta pelo discurso como produto das "tà déonta", inferidas analiticamente, a narrativa reconstitui as falas do discurso, que efetivam tais interações. É no horizonte destas interações, e não no da literalidade das falas, que Tucídides situa a objetividade de sua reconstituição narrativa.

Para as ações praticadas, a reconstituição tucidideana começa pela recusa de dois procedimentos, aos quais Tucídides nega alcance constitutivo de objetividade. Por um lado, ele não aceitou registrar as informações, que casualmente estavam disponíveis (ouk ek to paratychóntos pynthanómenos exfousa graphen"). Por outro, também não vazou no relato sua particular conjectura pessoal ("oud" hos emoi edókei"). Antes, derivou as informações de duas fontes, como aliás já o fizera para a reconstituição dos discursos: de um lado, a observação direta dos acontecimentos por ele pessoalmente presenciados ("hos te autòs parn"); de outro, inteirar-se junto a outros informantes, submetendo seus relatos à exigência de exatidão, nas limitações de possibilidade imanentes ("hósons dynatón akribefa"). E aqui, reconhece Tucídides, a objetividade da reconstituição almejada depara-se com uma dificuldade específica, própria: é que os observadores dos acontecimentos, as pessoas que os presenciaram ("hói paróntes tos érgois hekástois"), por causa ou da parcialidade do envolvimento implicado pelo fato de sua presença ou das limitações das memórias individuais, produziram relatos dissemelhantes, discordantes. Aqui, então, novamente impondo a condição da presença, do presenciar (páreimi"), como fonte de derivação da informação constitutiva do relato, a afirmação da objetividade reclama, para a narrativa e pela narrativa, o tratamento da subjetividade e parcialidade das percepções e memorização dos acontecimentos implicados pelo presenciar.

A constituição, pois, de um saber objetivo, que prima pela clarividência de sua visão ("tò saphs skopen"), supõe como sua condição o *presenciar os acontecimentos*. A pretensão de um tal saber implica, portanto, a circunscrição do tempo *presente*, domínio dos acontecimentos presenciados. Um tempo que

não comporte densidade, profundidade temporal. Um tempo, pois, que não seja passado, este domínio de plenitude temporal. Saber transparente e luminoso porque deriva do ver, antes que do ouvir, porque consagra o primado da presença contra o da memória²⁹. E porque é narrativa que se contrói pelo requisito da objetividade, pode proclamar-se como composição discursiva manifestadora dos próprios acontecimentos: "*Tucídides de Atenas compôs a guerra dos peloponésios e atenienses, como guerrearam uns contra os outros*"³⁰.

Deslocado o domínio do saber e conhecimento das ações dos homens do campo do passado para o do presente, a crença do mito cede lugar para a verdade da razão. Mas, reconhece Tucídides, na medida mesma em que a narrativa se dissocia do mito, na medida mesma em que não mais contempla o fabuloso, ela perde o principal atrativo com que poetas e logógrafos a valorizam perante seus respectivos auditórios:

"E para o auditório o caráter não fabuloso dos fatos narrados parecerá talvez menos atraente; mas se todos quantos querem examinar o que há de claro nos acontecimentos passados e nos que um dia, dado o seu caráter humano, virão a ser semelhantes ou análogos, virem sua utilidade, será o bastante. Constituem mais uma aquisição para sempre, que uma peça para um auditório do momento"³¹.

As narrativas de poetas e logógrafos, porque se constituíam como memória, afirmavam seu valor pela efetividade imortalizadora que a memória propicia. Mas, precisamente porque situavam a narrativa no campo da memória, consagram a oralidade de sua manifestação: a declamação ou récita do aedo, a leitura pública do logógrafo³². Portanto, manifestação leviana e fútil porque consuma seu valor no e pelo momentâneo do entretenimento do auditório. Já Tucídides situa a narrativa, que constitui o seu discurso, radicalmente no plano

29 Confirmam-se as considerações de HARTOG, F.. Ob. cit., p. 272ss, quanto à construção da racionalidade grega que fundamenta a verdade antes do ver do que no ouvir.

30 Livro I, capítulo I.

31 Livro I, capítulo XXII.

32 Confira-se, no que diz respeito a Heródoto, as considerações de HARTOG, F.. Ob. cit., p. 282ss.

do lógos: texto escrito que se propõe como instância de saber³³. E é porque se constitui como conhecimento que a narrativa tucídideana afirma o valor de sua efetividade imortalizadora. Pois, é esse saber que pode pretender *valor permanente, bem ou aquisição para sempre* ("ktma es aieì"), já que, clarificando o discernimento das razões das ações humanas, enseja ensinamentos úteis, válidos para a orientação e condução previsiva dos acontecimentos futuros, na medida mesma em que as ações e os acontecimentos assemelham-se em termos do conteúdo humano neles envolvido. Eis, então, um valor e bem realmente perene, ao contrário da efemeridade e futilidade da fruição momentânea das peças de auditório. Voltando contra Homero e contra Heródoto o próprio valor em que fundamentavam suas obras respectivas, Tucídides almeja afirmar a *narrativa como saber*, superando-a enquanto *memória*.

Instaurado o campo novo do saber como o ser da narrativa, esta pode, então, principiar seu discurso apropriando-se do *princípio*, que o campo da memória consagrara: a *etiologia* do conflito, da dissensão guerreira, o exame da "aitía"³⁴. O que implica que a "*arkhé*" (*princípio*) da narrativa é a *narrativa da "arkhé* (*primado, predomínio*).

ABSTRACT: Thucydides' contribution superseded that of Aristotle's discussion as to the specificities of poetry (myth) and history. For Thucydides, the narrative of the facts of the Peloponesean war distinguished itself clearly from literary rhetorics and laudatory practices tending to register the memory of the past. For him narrative is objective because it concerns the present in its coming to be. Narrative discourse distinguishes itself from myth in so far as it configures the realm of knowledge based on the testimony of a witness of the events, as opposed to mere memory of things past.

UNITERMS: History, poetry, myth, memory, knowledge.

33 Esta afirmação interpreta exclusivamente as proposições expressamente declaradas pelo proêmio tucídideado, não se pretendendo aqui proclamar sua validade para a prática narrativa efetivamente realizada por Tucídides ao longo de toda sua obra. Quanto à presença de heranças do pensamento mítico consagrado pela epopéia na conformação da narrativa tucídideana, veja-se o clássico livro de CORNFORD, F. M.. *Thucydides Mythistoricus*, 1907.

34 Se o início da *Ilíada* contempla a narrativa da causa da dissensão entre Aquiles e Agamemnos, discorrendo sobre as pretensões de predomínio hierárquico da basiléia, e se o início das *Histórias* contempla a narrativa da causa das Guerras Médas, discorrendo sobre as pretensões de dominação e escravização dos helenos pelos bárbaros, o início da *Guerra do Peloponeso* contempla a narrativa da sua causa, discorrendo sobre as pretensões de Atenas ao império.